

MODALIDADES DE LEITURA DAS LUZES NO TEMPO DE POMBAL

Por Ana Cristina Bartolomeu de Araújo*

Estão hoje perfeitamente identificadas as linhas de orientação da política cultural pombalina. Mas estamos ainda longe de conhecer, com o mesmo grau de aproximação, a cultura portuguesa do século XVIII.

Organizando informações dispersas tentámos conhecer uma das faces do problema, abordando o comportamento da imprensa periódica, em especial do jornalismo literário e enciclopédico, no período compreendido entre 1751 e 1778.

Questionámos previamente a evolução dos códigos de leitura que permitiram o contacto directo e a assimilação das Luzes. Neste aspecto pareceu-nos importante acompanhar a abertura de campos lexicais na cultura portuguesa de setecentos. E se insistimos em conhecer o fluxo editorial de gramáticas e dicionários de línguas estrangeiras, sobretudo aplicados ao idioma dos *philosophes*, o francês, foi porque entendemos que a leitura do livro proibido, ao ser institucionalizado, como privilégio, pela censura, apenas se podia concretizar através do contacto directo com edições originais.

Curiosamente, a fase de maior concentração daquelas publicações acompanha o primeiro grande surto de divulgação, na imprensa periódica, das novas ideias e correntes de opinião da Europa das Luzes.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira do I.N.I.C.

É sabido que a aspiração cosmopolita se desenvolveu no séc. XVIII, a par da afirmação do ideal de unidade cultural da Europa. Na origem da nova geografia do espírito europeu, de contornos imprecisos, estavam os mais variados circuitos de itinerância real ou imaginária de indivíduos, livros e notícias. Na época, a «República das Letras» foi o lema ou a divisa que animou e aproximou homens e nações. Originariamente, os seus adeptos tomavam como pátria a ciência e a filosofia e essa cidadania habilitava-os à esperança laica e escatológica de uma «Jerusalém Filosófica». Nesta simbologia do espaço, a «República das Letras» era um convite à utopia¹.

Leituras públicas — A «Gazeta Literaria» 1761-1762

O Discurso Preliminar

«Hoje procuram-se novos caminhos para a imortalidade»², — eis como o padre Bernardo de Lima inaugurava uma «notícia regular e metódica de obras cujos autores aspiravam ao sublime lustre da reputação literária» e a «um lugar distinto na República das Letras»³.

A consagração do mérito e do talento literário surgia, neste contexto, associada a uma representação global da sociedade assente no princípio de que as artes e as ciências desempenhavam um papel de primeira grandeza na felicidade dos povos. Por isso, reafirmava Bernardo de Lima: «Os povos são felizes quando os que os governam são sábios»⁴.

¹ Vejam-se especialmente: B. Baczko, *Lumières de l'Utopie*, Paris, Payot, 1978. Idem, *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*, Paris, Payot, 1984; Max Horkheimer, *La dialectique de la raison. Fragments philosophiques*, Paris, Gallimard, 1974; Jean Fabre, *Lumières et Romantisme: énergie et nostalgie de Rousseau à Mickiewicz*, Paris, Klincksieck, 1980; Georges Gusdorf, *Les Principes de la Pensée au siècle des Lumières*, Paris, Payot, 1971, Idem, *Dieu, la Nature et l'Homme au siècle des Lumières*, Paris, Payot, 1972.

² *Gazeta Literaria ou Noticia exacta dos principaes escriptos modernos*, Porto, Ofic. de Francisco Mendes Lima, vol. 1, 1761, p. 7 inum. do Discurso Preliminar. Passaremos a citar esta publicação apenas pelos seus dois nomes iniciais. Respeitaremos também a numeração dos exemplares citados, sempre que ela constar da folha de rosto do jornal. Sobre este periódico veja-se o trabalho exploratório, infelizmente não continuado, de Guiseppe Carlo Rossi, *La «Gazeta Literaria» del padre Francisco Bernardo de Lima (1761-1762)*, Napoli, Pubblicazioni della Sezione Romanza Dell'Istituto Universitario Orientale, 1963.

³ *Gazeta Literaria*, vol. 1, 1761, p. 1 inum. do Discurso Preliminar.

⁴ Idem, vol. 2, 1762, p. 3 inum. da Dedicatória.

O grande homem, o sábio, personalizado pelo filósofo, literato ou cientista, ocupava um lugar importante no imaginário da elite letrada do século XVIII. Possuía o prestígio de cidadão do mundo e a missão de guia de uma humanidade em busca da perfeição. Na formulação deste ideal a humanidade configurava «uma das virtudes que mais ilustravam os homens»⁵.

O lançamento da *Gazeta Literaria* ocorre, no Porto, em Julho de 1761, depois da expulsão dos jesuítas. Apesar dos «obstáculos que primeiramente pareciam invencíveis»⁶, conta com a protecção do governador e brigadeiro do Exército, João Almada de Melo e publica-se, regularmente, durante um ano. Reclama, no seu *Discurso Preliminar*, uma «racional tolerância dos soberanos e governos» e considera este princípio «da mais sábia política pelos benéficos efeitos que dela resultam para o bem da humanidade»⁷.

Aberta a uma pluralidade de leituras, a *Gazeta Literaria*, criada pelo padre Bernardo de Lima, transcende, como projecto, o seu literal desígnio de selecção e representação do movimento editorial das Luzes. É preciso entendê-la associada a outras formas e mecanismos de apropriação cultural, sendo neste caso de ter em conta a censura, a tradução e os processos legais de aquisição de edições estrangeiras. É ainda conveniente pensar na reciprocidade que, a partir dela, se estabelece entre o jornal e a biblioteca, ou seja, admitir a existência de um círculo de leitores que acompanha a divulgação e acede, de facto, ao livro.

Nas suas páginas, a organização das notícias literárias e científicas era feita de molde a sugerir uma visão de conjunto do que em cada país da Europa se publicava. Esta grelha de leitura criava naturalmente um sistema de preferências, em que a questão do idioma tendia a ser, também ela, central na estratégia expressa de constituição de «bibliotecas escolhidas... e livres — daquela farrapagem de que se compunham algumas famosas livrarias de Portugal»⁸.

Apesar de todas as prevenções, Voltaire surge, também aqui, como

⁵ *Idem*, 13, vol. 1, 1761, p. 197.

⁶ *Idem*, vol. 1, 1761, p. 3 inum. do Discurso Preliminar. A protecção conferida à *Gazeta Literaria* por um militar de alta patente é um facto a realçar. O interesse que este jornal revela por edições de obras relacionadas com a guerra, estratégias militares e fortificações, prende-se com esta protecção. Vide, *Breve Instrução militar sobre Infantaria...* por Francisco Morais Araújo Teixeira, *Idem*, vol. 2, Fevereiro de 1762, p. 4-25; *Les reveries ou memoires sur l'art de la guerre*, de Maurice de Saxe, *Idem*, vol. 2, 1762, pp. 26-35; *The science of military, post...* de M. le Coin, *Idem*, vol. 2, Abril de 1762, p. 26; *The compleat militia-man...*, *Idem*, vol. 2, 1762, p. 40.

⁷ *Idem*, vol. 1, 1761, p. 1 inum. do Discurso Preliminar.

⁸ *Idem*, vol. 1, 1761, p. 7 inum. do Discurso Preliminar.

um dos *maitres à penser* do século. Em matéria de traduções sabe-se que a sua *História de Carlos XII* circula em versão portuguesa desde 1739. E, no entanto, o estilo e a visão da História que dela decorre contraria o *cânone* imposto pela Academia Real de História. O mesmo poderíamos dizer dos *Elementos de História* de Vallemont que se publicam em Lisboa entre 1734 e 1749. Mais surpreendente é a notícia dada em 1759, por um contemporâneo, bibliófilo e censor do Desembargo do Paço, Diogo Barbosa Machado, (*Bibliotheca Lusitana, História Crítica e Cronologia*, tomo IV, pp. 608-609) da tradução das *Cartas Morais*, de Pope, por Henrique José de Carvalho e Moura e simultaneamente, a atribuição a Manuel Pinto de Vilas-Lobos da tradução da *Enciclopédia das Artes e das Ciências*, talvez a de Chambers, cujo privilégio do livreiro Le Breton obtém em França, em 1745. Alguns anos mais tarde, em 1769, António Teixeira assina a versão portuguesa, em verso solto, do poema filosófico intitulado *Ensaio sobre o Homem*, de Pope⁹.

No plano científico são conhecidas as compendiações de Newton, elaboradas a partir de Londres, por Jacob de Castro Sarmento, *Teórica Verdadeira das Marés* (1737) e *Cronologia Newtoniana Epitomizada* que ficou inédita. E, é ainda a Jacob de Castro Sarmento que se deve a tradução de Estevão Halles, *Relação de Alguns Experimentos* (1742)¹⁰.

Numa perspectiva comparativa verifica-se que a divulgação de Newton em Portugal acompanha o movimento geral europeu. Na mesma altura Voltaire prepara as *Lettres Philosophiques* e os *Eléments de la Philosophie de Newton*, pouco depois divulgados em Itália por Algarotti. Portanto neste, como em outros aspectos, estávamos ao corrente do que de mais moderno se ia publicando na Europa¹¹.

Este pequeno e significativo conjunto de traduções revela um marcado interesse por edições francesas e inglesas em ascensão, provavelmente,

⁹ Esta obra que compendia os aspectos mais relevantes da filosofia deísta foi reeditada, em Lisboa, em 1817. A nova edição rolandiana foi feita por Francisco Baptista de Oliveira Mesquita, o Mechas, homem muito ligado ao comércio do livro e a quem se deve também a criação de um gabinete de leitura na capital.

Conhece-se ainda outra edição portuguesa da mesma obra de Pope, publicada em Londres, por iniciativa de Francisco Bento Maria Targini, talvez nos inícios do século XIX.

¹⁰ A notícia da morte de Estevão Halles inclui uma breve resenha da sua obra e vem inserta na *Gazeta Literaria*, vol. 2, 1762, pp. 44 e 45. São, por outro lado, muito frequentes citações de Newton, sem contar com as referências a Kepler, Galileu e Leibniz. Veja-se *Idem*, 10, vol. 1, 1761, pp. 142-144.

¹¹ Cf. João Luís Lisboa, «Imagens de Ciência na Leitura Comum em Portugal», in *Cultura — História e Filosofia*, Lisboa, vol. VI, 1987, pp. 771-779. Cf. A. Coimbra Martins, artigo «Luzes» in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.

no início da década de sessenta, a avaliar pela importância que lhes atribui o jornal de Bernardo de Lima: — «... Preferimos estas duas a todas as mais nações, porque à primeira [França] se deve a generalidade e extensão da literatura pelas excelentes obras originais que tem servido de modelo aos bons escritores que querem exceder no gosto, na boa disposição, método e ordem das matérias em todos os assuntos assim úteis como agradáveis; e à segunda [Inglaterra] se deve uma infinidade de descobrimentos nas ciências sólidas e ainda nas mais abstractas e uma feliz ousadia e elevação de pensamentos na maior parte das belas artes»¹².

O cosmopolitismo intelectual do século ficava ainda definitivamente gravado nas páginas da *Gazeta Literaria* com esta máxima: — «Um estrangeiro que nos é útil deve ser nosso compatriota, assim como o é de todo o mundo o homem sábio»¹³.

O sentido universalizante e etocrático da filosofia de Luzes alimentava, em Bernardo de Lima, o espírito do «verdadeiro patriota». Só «o desejo de ser útil à pátria o animava à «execução da árdua empresa» de enriquecê-la com o conhecimento das principais obras literárias da Europa»¹⁴.

O jornal principia com um *Discurso Preliminar*, concebido à semelhança do *Discours Priliminaire* de d'Alembert na *Encyclopédie*, publicado dez anos antes. Mais do que no estilo de construção, o preâmbulo da *Gazeta Literaria* denuncia um horizonte de preocupações inspirado no enciclopedismo. Por isso, aí se elogiam e recomendam as «coleções e métodos» que, em matéria de ciências e artes, «universalizam e facilitam o conhecimento»¹⁵.

Mas a valorização explícita do enciclopedismo nem sempre correspondeu a um plano de divulgação sistemático. Sendo mesmo de assinalar, ao longo do seu curto período de publicação, de Julho de 1761 a Junho de 1762, uma progressiva e evidente retracção das páginas consagradas à literatura estrangeira e, conseqüentemente, o avolumar de referências sobre a cultura nacional. É impossível não ver nisto o sintoma do cerco gradual da censura.

¹² *Gazeta Literaria*, vol. 1, 1761, p. 6 inum. do *Discurso Preliminar*.

¹³ *Idem*, vol. 1, 1761, p. 4 inum. do *Discurso Preliminar*.

¹⁴ *Idem*, vol. 1, 1761, p. 3 inum. do *Discurso Preliminar*. Por isso reclamava igualmente, «aquela espécie de glória de ser o primeiro», a praticar em Portugal este novo género de jornalismo enciclopédico e literário.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

O sonho da liberdade de Imprensa

O confronto com a censura parece ter sido uma constante na vida do jornal. Nas primeiras licenças de impressão, o censor do Ordinário, preposto da Congregação do Oratório do Porto, insinua que nele «a decência e a caridade» são salvaguardados ao contrário do que acontece «em semelhante género de escritos». A suspeição aflora de novo, quando admite que a *Gazeta* «separando com doudas e bem lembradas reflexões o ouro das fezes», evitaria aos curiosos o «impertinente trabalho de lerem por muitos, muito grandes e muito maus livros»¹⁶.

A linguagem da censura denuncia efeito perverso do que é objecto de curiosidade, enfim do que é notícia. Estranhamente, avaliza-se um periódico centrado num mau objecto. Contrapõe-se a um princípio de erro uma finalidade que se desconhece, com o argumento de um necessário e desejado efeito de ilusão. O que sobressai é, portanto, a necessidade deste efeito de ilusão, e nisto se invertem substancialmente, os dados do problema do acesso à produção e circulação de impressos nesta época. Valeria a pena confrontar as linguagens da censura, incluindo as que nunca vieram a público, para melhor se entender a pluralidade de critérios, as formas de condicionamento da leitura e a extensão de um campo de opinião que, já na década de sessenta, se pretende ver expurgado e diminuído.

Em Outubro de 1761, três meses depois do seu início de publicação, surge uma adição à *Gazeta Literaria* também ela reveladora de um certo mau estar em relação à censura, como se depreende deste passo: — «O respeito e obediência que o autor deve ter a quem o pode mandar, o põe na precisa obrigação de não acrescentar nem diminuir cousa alguma do original que oferece para licenças. E como *por erro ou simplicidade* (sublinhado nosso) se deixaram de imprimir os dois extractos seguintes se vê o autor precisado a advertir que suposto o original não cabia daqui por diante nas duas folhas... não deseja se suprima cousa alguma, que mereça o beneplácito dos tribunais superiores...»¹⁷.

A folha avulsa tradiamente vinda a lume tratava de duas obras. A primeira era um pequeno tratado sobre sensações, o *Discurso inaugural de Física e Medicina sobre os sabores e gosto* apresentado por Pedro Luchtmans, à Universidade de Leide. A segunda versava matéria bem mais controversa, isto é, expunha e analisava os fundamentos dos pietistas e quietistas na Holanda através de uma *Carta sobre a origem e*

¹⁶ *Idem*, vol. 1, 1761, p. 7 inum.

¹⁷ *Idem*, vol. 1, 17, 1761, p. 275.

opiniões de seita dos sérios. A sua divulgação abria a possibilidade de um confronto, no plano teológico e dogmático, entre o protestantismo — excluído de qualquer discussão aberta em Portugal — e o catolicismo.

Expunham-se em cinco pontos as principais orientações daquela corrente religiosa, com realce para a doutrina da graça divina, e concluía-se pela «necessidade que têm os teólogos de conhecer as heresias modernas para as combater»¹⁸. A polémica ameaçava arrastar-se: — «para outro lugar reservamos mostrar, conforme o espírito da Igreja, a *ignorância, ou simplicidade*¹⁹ dos que não querem que se sabia que há heresias no mundo... Dizemos isto porque teremos ocasião de falar em algumas que devem saber os teólogos para lhes darem a resposta e não para se isentarem disto com o pretexto de que escrupulizam que as saiba o povo»²⁰. No plano dos princípios, esta atitude comporta a desvalorização do interdito, a superioridade da crítica e o privilégio da informação. É claro que este discurso era dirigido contra um outro, oculto e silencioso, o da censura. Neste confronto foi o próprio jornal que acabou por ceder e silenciar-se.

Corria o mês de Junho de 1762 e, já com a morte anunciada, a *Gazeta* aproveitava a sua última edição para responder a todas as diatribes que lhe eram movidas, produzindo então o primeiro documento público em favor da liberdade de imprensa em Portugal.

Utilizava, para o efeito, o comentário à obra de Fr. Manuel da Epifânia, *Verdadeiro Método de Pregar*. Retomava e adaptava às letras portuguesas a célebre polémica do bom senso e do bom gosto que, em França, tinha sido manifesto de modernidade. Contrariava as concepções expressas na obra em apreço e remetia o leitor para «os escritos de Shaftesbury, Hutcheson, Wagner, Hume, d'Alembert, Kaimis, Gerard, Burke e Montesquieu na sua dissertação sobre o bom gosto» que se preferia à de Voltaire, «comumente consultada em Portugal para este fim»²¹.

E é justamente quando se discute a ideia, expressa por Fr. Manuel da Epifânia, da utilidade da censura que melhor se exprime o estado de espírito do homem culto do século XVIII. «A menor reflexão neste ponto nos faz conhecer a necessidade de haver em uma nação culta homens que pesem o merecimento das obras, só depois de impressas, mas não antes de se imprimirem... Esta ideia de haver juizes que possam condenar, antes

¹⁸ *Idem*, 17, vol. 1, 1761, p. 277.

¹⁹ Registe-se a repetição desta última expressão, utilizada anteriormente para caracterizar o procedimento dos censores.

²⁰ *Idem*, 17, vol. 1, 1761, p. 278.

²¹ *Idem*, vol. 2, 1762, p. 144.

de se imprimirem as obras que parecem ser contra a razão sem ofenderem a Religião e o Estado, é coisa que nos nossos tempos não tem lembrado a nenhuma das nações polidas...» — e mais adiante pergunta-se: — «Que mal pode resultar ao Estado ou à Religião de que se imprima uma obra medíocre, havendo críticos judiciosos que mostrem os seus defeitos? O crítico dá, e deve dar as suas razões e o criticado deve responder, se lhe parecer; e quando as razões são evidentes e claras, os mesmos estúpidos as percebem»²².

Contrapõe-se assim, ao tribunal da censura o da opinião pública com a convicção de que «nunca as guerras literárias fizeram revoluções em estado algum do mundo»²³. Nada deveria coarctar a «judiciosa liberdade de mostrar cada um ao público o que discorre», muito menos um juiz «com o pretexto das regras dítadas pela *boa razão*»²⁴.

Os exemplos de Inglaterra, França, Alemanha e Itália permitiam formar um juízo mais amplo neste domínio. «Todos os homens de letras que estenderem a sua vista mais além dos Pirinéus, confessarão que não havendo a liberdade de pesar o merecimento das obras, será impossível saber-se, e que não veremos senão desordem e confusão em todas as ciências e artes»²⁵. Comporta esta apreciação, que culmina num público labéu ao Marquês de Pombal, um juízo inevitavelmente negativo sobre a cultura nacional. Por isso, já sob a influência clara de Montesquieu, Bernardo de Lima exclama: — «Não é preciso ser grande político para conhecer as consequências que costumam resultar d'isto em uma nação ignorante, basta olhar para o estado actual de todos os povos do mundo, onde vemos que a nação menos culta é a que conhece menos os seus interesses e que se precipita nas maiores infelidades»²⁶.

A liberdade de imprensa era o horizonte idílico de uma geração fascinada pelos progressos do espírito humano num século em que as Luzes tendiam a diluir-se na utopia. O lamento final do autor da *Gazeta* expressa, de certo modo, essa impossibilidade: — «Se pudessemos dizer livremente o que sentimos em matérias que nem remotamente ofendem a Religião nem o Estado, poderíamos talvez executar um diário menos

²² *Idem*, vol. 2, 1762, p. 147.

²³ Sublinhado nosso *Idem*, vol. 2, 1762, p. 148.

²⁴ *Idem, ibidem*.

²⁵ *Idem, ibidem*.

²⁶ *Idem*, vol. 2, 1762, p. 149. Mas Bernardo de Lima fazia também depender «o pouco conceito da nossa literatura na Europa» do facto de «os portugueses serem demasiado sensíveis a qualquer exame das duas obras... ordinariamente elogiadas em termos verdadeiramente Asiáticos, confundindo-se muitas vezes o elogio de um grande autor com o do escritor da mais ínfima classe». *Idem*, vol. 1, 1761, p. 6 inum. do *Discurso Preliminar*.

incompleto, ainda que em recompensa recebessemos as injúrias, com que alguns nos correspondem, por lhes mostrarmos com a notícia de algumas obras, diversos caminhos por onde se pode chegar à perfeição»²⁷.

A liberdade de imprensa é aqui apenas um ideal, estranho à exigência de uma nova ordem legal e política, ausente do direito positivo e, portanto, pensado à margem da formulação de outros direitos, subsidiários e fundamentais²⁸. Daí a afirmação confiante de que: — «nunca as guerras literárias fizeram revoluções em estado algum do mundo».

«6000 livros por ano»

Durante um ano, entre grande variedade de notícias, a *Gazeta Literaria* produziu mais de cem extractos de obras, dezanove dos quais tra-duzidos de outras publicações periódicas estrangeiras. Lamentava o seu autor esta modesta cifra, alegando que na Europa se publicavam anualmente mais de 6000 livros. Este número, que não representa todo o universo de publicações anuais do continente revela, e aí reside a sua importância, uma estimativa possível a partir de fontes de informação seguras.

A existência de correspondentes regulares e o contacto directo com os principais centros de impressão da Europa, que garantiam a extensão a Portugal do livro, sobretudo do livro proibido, parecem ter sido fundamentais para Bernardo de Lima.

À *Gazeta Literaria* se deve o primeiro processo público de subscrição de livros em Portugal. A obra anunciada era a *Nova História da Inglaterra* de Guilherm Rider, publicação iniciada nesse ano de 1761, «em

²⁷ *Idem*, vol. 2, 1762, p. 168.

²⁸ Deve assinalar-se que no extracto da obra de G. Wallace, *A System of the Principles of the Law of Scotland*, Bernardo de Lima discute a noção de Lei e disserta sobre a origem das Instituições Cívicas. Confronta as teses de Wallace com as de Pufendorf e Montesquieu, *Esprit des Loix*. Aceita, porém, com reserva, a ideia de um Estado de direito. «O direito que cada um tem é a sua propriedade e por isso, seria obrigada a lei, em segundo lugar, a estabelecer os *direitos* dos homens, assim como as infracções que se lhes pudessem fazer». E acrescenta: — «Parece que a segurança de propriedade é o fim imediato da Legislação, mas seria necessário olhar também para mais objectos... Desta sorte achar-se-ia a lei obrigada a atender miudamente para todos os interesses do género humano...». *Gazeta Literaria*, 21, vol. 1, 1761, pp. 328-329. A questão da Liberdade de Imprensa foi tratada, para um período posterior, por Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Subsídios para a História da Liberdade de Imprensa, meados do século XIX*, Coimbra, Sep. do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VI, 1984.

quatorze pequenos volumes de algibeira»²⁹. Por outro lado, é significativo que num artigo intitulado «Breve digressão sobre a literatura Suíça» um dos principais tópicos seja a notícia dos mais importantes repertórios de autores suíços, o de Jacob Leu por exemplo, bem como de catálogos de livros disponíveis³⁰.

Sabemos desde G. Bonnant que a Suíça teve um papel importante na publicação de livros estrangeiros que abasteciam o mercado nacional³¹. Eram títulos de êxito assegurado e a baixo preço, os que vinham de Neuchâtel, Genève, Zurique e Lausanne, impressos frequentemente em contrafacção, por editores e livreiros famosos como a Société Typographique de Neuchâtel, Grosse, Cramer, Grasset, De Tournes e Bousquet. Em 1763 um livreiro confidenciava a um correspondente português: — «J'estime que le Portugal consomme ainsi de l'étranger en livres, soit en feuilles, soit reliés, pour 250000 livres par an, dont la France, et Paris pour la plus grande partie, aura 50000 livres»³², e acrescentava que a preferência pela temática religiosa caracterizava as remessas que vinham para a Península Ibérica. O certo é que, havendo um valor constante de exportações do mercado livreiro suíço para Portugal, as edições clandestinas acabavam por passar, protegidas por outras. Assim sendo, a inclusão de Bernardo de Lima neste circuito do livro europeu, nada tem de excepcional, apenas se inscreve num sistema aberto e, provavelmente, em expansão.

Mais invulgar é a sua relação com a imprensa periódica europeia. São de tal modo vastos os seus conhecimentos e contactos com o jornalismo literário do continente que ironiza mesmo a maioria dos que se julgavam informados apenas a partir das *Memórias de Trevoux*, das *Actas Literárias de Leipzig* e do *Journal des Savants*. Todas as referências ordenadas que, neste domínio, oferece aos seus leitores são, por si, um

²⁹ *Idem*, 21, vol. 1, 1761, pp. 339-341.

³⁰ *Idem*, 12, vol. 1, 1761, pp. 191-192.

³¹ Georges Bonnant, «Les Libraires du Portugal au XVIII^e siècle vus a travers leur relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel», in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, VI, n.º 23-24, Coimbra, 1960, pp. 195-200; *Idem*, «Relations Luso-Genevoise de librairie au XVIII^e siècle. Notes sus quelques impressions genevoises destinés au marché portugais», in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, X, n.º 57-58, Coimbra, 1969, pp. 87-93; *Idem*, «L'imprimerie à Genève du XV^e au XVIII^e siècle et le commerce des libraires genevois avec de Portugal», in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, II, n.º 5, Coimbra, 1956, pp. 1-16.

³² Paul Guinard, «Situação da imprensa e da livraria em Portugal nos meados do século XVIII», in *Bulletin Hispanique*, LIX, n.º 2, 1957, pp. 176-198, apud *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, IV, n.º 13-14, Coimbra, 1958, pp. 62-66; Cit. in Francisco da Gama Caetano, «Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX», in *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, vol. 35, 1980, p. 146.

documento precioso. Elas surgem, desta forma, em resposta aos detractores do jornal:

— «Isto nos obriga a mostrar-lhes, todas as vezes que quiserem, não só as obras sobreditas, mas os diários seguintes, trazendo quem lhos traduza nos lugares que lhes parecem, não se fiando na nossa tradução, para assim se desenganarem a quem pertence a glória de fazer os extractos, que até compusemos em benefício deles. Vejam para este fim a *Revista do mês*, a *Revista crítica*, a *Revista imparcial*, as *Memórias fiéis dos livros novos*, o *Registo anual*, o *Diário de Verdun*, o *Mercúrio galante*, o *Ano literário*, as *Cartas hebdomadárias sobre o mais novo que há na literatura de Frederico Nicolai de Berlim*, o *Diário dos doutos* combinado com as *Memórias de Trevoux*, o *Diário do Commercio*, o *Diário Económico*, o *Diário de Vandermond*, a *História literária de Itália* de Módena, o *Ensaio crítico da literatura corrente estrangeira* de Módena, o *Médico ou Efemérides da Medicina de Hamburgo*, o *Diário estrangeiro de Arnaud*, o *Diário enciclopédico de Copenhague*, o *Diário dinamarquês de Busching*, o *Magazino sueco de Klein*, o *Mercúrio literário de Dinamarca*, o *Diário estrangeiro de Berne*, a *Biblioteca filosófica de Windhern*, o *Diário dos doutos de Hamburgo*, as *Cartas sobre os escritos Modernos*, os *Anais tipográficos*, a *Biblioteca germânica de Samuel Formey*, o *Observador Literário*, o *Magazino de Hamburgo de Kaestner*, as *Novidades importantes* ou *Extractos das obras modernas*, o *Diário da Sociedade real das ciências de Goettingen*, etc.», tudo isto, para além das *Philosophical Transactions* que cita avulsamente.

Depois deste longo e selectivo repertório de outros periódicos europeus conhecidos em Portugal importa referir que só em Março de 1764 surge, em França, uma publicação quase homónima, a famosa *Gazette Litteraire de l'Europe*³³, em que Voltaire colaborou criticando, nomeadamente, o não menos conhecido *Anné Litteraire*, citado acima por Bernardo de Lima. É pois seguro que o jornal português foi conhecido e lido no estrangeiro. A vulgarização da sua nomenclatura é um dos indicadores da intensa circulação de impressos da época. Isto para além de, da lista dos cerca de 200 assinantes para o ano de 1762, 17% serem estrangeiros.

Todo o processo de divulgação pressupõe um esquema dinâmico, nem sempre vertical, de produção de sentidos. Um texto pouco ou nada diz dos pensamentos, atitudes e outras formas de apropriação que inspirou. Nesta perspectiva, na análise deste discurso, vigiado pela censura, apenas pretendo captar áreas dominantes de tratamento temático.

³³ Claude Bellanger, Jacques Godechot et al., *Histoire Générale de la Presse Française*. T. I — *Des Origines à 1814*. Paris, P.U.F., 1969, p. 308.

É em torno da noção de *interesse público* que a divulgação se organiza. No campo da sociedade privilegiam-se os temas ligados à moral, à política, ao direito natural e economia. No domínio da religião as novidades tratadas são as teses dos materialistas, deístas, pietistas e a teologia racional. Os progressos das ciências e das artes são analisados por meio de actas de Academias e outras obras sobre engenhos e descobertas. O interesse pela história natural é uma constante e responde, de certo modo, à emergência de um vago romantismo. Do mesmo modo que os padrões clássicos no teatro, na novela e sobretudo na poesia são valorizados no contexto de uma sensibilidade pré-romântica³⁴.

O progresso das ciências e das artes é, desde logo, apresentado numa perspectiva historicista³⁵. À história se atribui por outro lado a tarefa de enquadrar o sentido da palavra revelada, e isto num claro compromisso com a teologia racional³⁶. É também à luz da história e da razão que se discute o deísmo de Bayle e refutam os princípios de Espinosa e do materialismo moderno de La Mettrie, d'Holbach e Helvécio³⁷. Curiosamente apresenta-se em notícia destacada, a obra *L'Esprit*³⁸, acompanhada pela refutação pública que Helvécio escreveu após a sua condenação pelo parlamento de Paris, em 1759³⁹. O deísmo, apesar dos «seus argumentos mais claros e convincentes»⁴⁰, é considerado pernicioso para a sociedade. Voltaire, ainda que subentendido, não fica de fora neste debate. Num ponto crucial da filosofia deísta, a adesão de Bernardo de Lima parece ser explícita: — «A existência de um ente supremo, árbitro soberano de todas

³⁴ Vide Hernâni Cidade. *A obra Poética do Dr. José Anastácio da Cunha. Com um estudo sobre o anglo-germanismo nos proto-românticos portugueses*, Coimbra, Imprensa na Universidade, 1930, pp. LII-LIV e LXIX-LXX. *Idem, Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, Coimbra, 1968, vol. 2, pp. 351-352 e 369.

³⁵ Cf. o resumo da obra, *Das origens das Leis, das Ciências e das Artes...*, *Gazeta Literaria*, 1, vol. 1, 1761, pp. 1-9.

³⁶ Cf. o resumo das obras, *Método de tratar e aprender a Teologia...*, *Gazeta Literaria*, 1, vol. 1, 1761, pp. 9-14; *Tratado de Metafísica acomodado às escolas*, por António Seguy..., *Gazeta Literaria*, 1, 1761, pp. 14-18; *Idem, Gazeta Literaria*, 10, vol. 1, 1761, pp. 155-161, *Carta sobre a origem e opiniões da seita chamada dos sérios...* *Gazeta Literaria*, 17, vol. 1, 1761, p. 277.

³⁷ *Gazeta Literaria*, 10, vol. 1, 1761, pp. 155-160.

³⁸ *Idem*, 10, vol. 1, 1761, pp. 161-162.

³⁹ Na apresentação diz-se: — «O ruído que tem feito este livro nos obriga a dar uma notícia dele pela obrigação que temos de dar notícias das obras mais célebres; mas sendo ele tão pernicioso, que até tem feito prevaricar alguma parte da nossa mocidade que não conhece os fundamentos da nossa religião, servirá de contraveneno às perigosas máximas desta obra e mesmo arrependimento do autor...» *Idem, ibidem*.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 157.

as coisas,... é uma das primeiras verdades de que se sente movida e afectada dada a criatura inteligente que quer fazer uso da sua razão...»⁴¹.

A Voltaire reconhece-se «a glória de ser hum do maiores poetas do mundo, e ao mesmo tempo de ter o talento que raras vezes se encontra nos poetas...»⁴², mas apenas uma obra deste autor é extractada, a *Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand*⁴³. Em parte, porque compaginava um modelo de estado centralizado e reformador e conferia inteligibilidade a um presente em transformação. Mas no capítulo das reformas da sociedade são bem mais vastas as linhas de orientação abertas pela *Gazeta Literaria*.

O direito natural abre caminho a novas formulações doutrinárias, de base contratualista, fundamenta a constituição da sociedade e legitima o poder político. Neste campo os autores mais referidos são Hobbes, Pufendorf, Barbeirac, Vattel e Wolff. *A lei das gentes ou princípios da lei da Natureza de Vattel* (na versão inglesa de Richardson, 1760) é tratada em confronto com outros textos jusnaturalistas, com clareza e ao longo de doze páginas⁴⁴.

Mas o enunciado dos princípios fundamentais da sociedade civil surge, de forma ainda mais desenvolvida, a propósito da apresentação das *Instituições Políticas* do barão de Bielfield. Aí se aponta-se para a importância da legislação em matéria de liberdade política, liberdade de imprensa e tolerância civil⁴⁵. Neste contexto ressaltam as referências ao pensamento de Montesquieu, citado avulsamente, mas sempre de forma breve, entre outras questões, sobre a formulação do poder legislativo e a origem da lei⁴⁶.

Na economia, e de acordo com a doutrina fisiocrática, a agricultura é considerada a primeira e a mais importante fonte de riqueza das Nações.

⁴¹ *Idem*, 1, vol. 1, 1761, p. 4.

⁴² *Idem*, 20, vol. 1, 1761, pp. 313-324, cf. *Gazeta Literaria*, 2, vol. 1, 1761, p. 32.

⁴³ Neste resumo sugere-se a leitura de outros títulos: — «devemos dizer que nesta história se não encontra muitas daquelas expressões e pinturas vivas e agradáveis que distinguem a obra deste ilustre escritor», *Idem*, p. 313.

⁴⁴ *Idem*, 11, vol. 1, 1761, pp. 163-174. Cf. «Ensaio sobre diversos assuntos de política e moral», *Idem*, 18, vol. 1, 1761, pp. 304-310.

⁴⁵ *Idem*, 4, vol. 1, 1761, pp. 52-61; *Idem*, 26, vol. 1, 1761, pp. 407-410. O tema da liberdade natural do homem serve de ponto de partida à discussão das teses anti-esclavagistas também extractadas. Vide *Two Dialogues on man Trade*, *Idem*, 21, vol. 1, 1761, pp. 337-339, e *A System of the Principles of the Law...* *Idem*, 21, vol. 1, 1761, pp. 327-336.

⁴⁶ *Idem*, 11, vol. 1, 1761, p. 176; *Idem*, 20, vol. 1, 1761, p. 321; *Idem*, 21, vol. 1, 1761, p. 331; *Idem*, 26, vol. 1, 1761, pp. 407-408.

As diretrizes expostas são tributárias de Quesnay e Mirabeau⁴⁷. De França chegam igualmente, as primeiras notícias de constituição de sociedades económicas para o melhoramento da agricultura⁴⁸. A voga das sociedades de província promotoras de conhecimentos úteis, a que se associam frequentemente gabinetes de Física, de História Natural e de Química, convida a um modelo de sociabilização cultural, assente na expansão de um novo tipo de «homo academicus», versado em estudos de observação no terreno, expedições, e inventos práticos. Daí o eco das novas descobertas e aplicações da electricidade⁴⁹, do cobre⁵⁰, da cultura do bicho da seda⁵¹, das mais recentes observações meteorológicas⁵², transporte de sementes⁵³, cálculos de erosão dos terrenos e de elevação e profundidade do mar.

De resto, a terra, grande enigma em exploração no século XVIII, permanece como tema central no extenso noticiário e repertório bibliográfico sobre História Natural. A curiosidade e o fascínio pela paisagem subterrânea, preenchida por fósseis que temporalizam a vida e falam da imensidão do tempo geológico, condicionam o novo olhar sobre a natureza. A *Gazeta Literaria* participa dessa revolução do olhar e do gosto. As suas páginas abrem-se às mais recentes novidades neste novo domínio do saber⁵⁴. Assim, com grande sentido de actualidade, em Novembro de 1761, noti-

⁴⁷ Vide sobretudo o artigo intitulado *Da Utilidade e Necessidade da Ciência da Agricultura*, *Idem*, 23, vol. 1, 1761, pp. 365-374.

⁴⁸ É interessante a forma como se introduz o assunto: «Os Físicos e Naturalistas não têm cessado de trabalhar para a instrução dos Lavradores e Artífices, mas como a natural rusticidade destes lhes não deixava compreender inteiramente os documentos dos Filósofos, recorreram estes, auxiliados pelos grandes, ao expediente de erigir academias que distribuam prémios aos que melhor executarem o que se lhes ensina»... *Idem, ibidem*, p. 371. A esta notícia deverá juntar-se a da conclusão, em Maio de 1761, do «Mapa Geral de França levantado e tirado geometricamente», logo divulgada em Setembro do mesmo ano, *Idem*, 13, vol. 1, 1761, p. 203.

⁴⁹ *Gazeta Literaria*, 2, vol. 1, 1761, p. 24; *Idem*, 25, vol. 1, 1761, pp. 403-404; *Idem*, 13, vol. 1, 1761, p. 204.

⁵⁰ *Idem*, 13, vol. 1, 1761, p. 205.

⁵¹ *Idem*, 2, vol. 1, 1761, pp. 21-23.

⁵² *Reflexões sobre a utilidade das observações meteorológicas*, de João Noppen para os anos de 1746, 1747 e 1748, *Idem*, 25, vol. 1, 1761, pp. 405-406.

⁵³ *Idem*, 2, vol. 1, 1761, p. 24.

⁵⁴ Vide *The Natural History of Iceland...*, *Idem*, 6, vol. 1, 1761, pp. 43-98; *Exame Histórico e Físico da suposta diminuição de água e da augmentação da terra*, *Idem*, 7, vol. 1, 1761, pp. 99-114. Tratado sobre a geração dos metais por terremotos, *Idem*, 8, vol. 1, 1761, pp. 115-116; *Altura das Montanhas dos Alpes tomada com o barómetro*, *Idem*, 13, vol. 1, 1761, pp. 208-210; *Biblioteca física de João Daniel Denso*, *Idem*, 12, vol. 1, 1761, pp. 192-194; *História Natural da Noruega*, *Idem*, 17, vol. 1, 1761, pp. 259-270, isto para além de outras referências.

ciava-se a apresentação à Academia Real de Paris, dos oitavo e nono volumes da *História Natural* de Buffon, ocorrida em Maio desse ano⁵⁵.

Leituras Silenciosas — Privilégios e Compromissos Linguísticos

No contacto e apreensão das obras dos filósofos — como Voltaire, Helvécio, Montesquieu, d'Alembert e de muitos outros publicistas e literatos ingleses, alemães e italianos referenciados na *Gazeta Literaria* — influiu extraordinariamente a censura, ela própria portadora de uma contra-leitura dos conteúdos dessas obras. Interditas de circular com licenças de impressão, a maior parte delas foi objecto de constante autorização especial de leitura, o que por certo terá acontecido com o padre Bernardo de Lima. De um modo geral, eram possuídas por leitores insuspeitos, como por exemplo, o oratoriano do Porto, o padre José Duarte, que guardava o *Oráculo dos Novos Filósofos* para esclarecer — confessa — a obra de Voltaire dada à estampa em 1760, na cidade de Berna⁵⁶.

O procedimento de licença de leitura, abonatório de quem lia, sendo parte integrante do processo da censura anterior e posterior à criação da *Real Mesa Censória* delimitou, por si, o espaço social de acesso ao livro interdito, essencialmente ocupado pelo clero e nobreza, diversificando, a prazo, códigos, práticas e opções de leitura destes grupos sociais. Por isso, ao compulsar-se a lista de assinantes da *Gazeta Literaria* para 1762, não se estranhará o facto de dois terços dos nomes aí inscritos serem nobres e eclesiásticos, tendência que ainda prevalece na lista dos cerca de 500 subscritores do *Jornal Encyclopédico*, em 1789. E não restam também hoje dúvidas sobre a presença de avultado número de obras famosas e proibidas em diversas bibliotecas do clero e da nobreza⁵⁷.

A um tempo marginal, a cultura das Luzes tendeu, como se vê, a ser legal por privilégio. Neste contexto compreende-se melhor a indicação

⁵⁵ *Idem*, 20, vol. 1, 1761, p. 324.

⁵⁶ Cit. in Luís Oliveira Ramos, *O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1980, p. 23. Veja-se ainda do mesmo autor, *A aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII*, Sep. da *Revista da Faculdade de Letras do Porto — Série História*, 1974.

⁵⁷ Veja-se, Luís Oliveira Ramos, *Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães*, Braga, sep. de *Bracara Augusta* apud *Sob o Signo das Luzes*, Lisboa, I.N.C.M., 1988; Cf. Manuel Augusto Rodrigues, *A Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Coimbra, Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

assinalada em 1759, por Teófilo Cardoso da Silveira a Verney, da existência de dicionários filosóficos, os de Bayle e Voltaire, em mais de 600 bibliotecas portuguesas⁵⁸, certamente de institutos religiosos e da nobreza, obras, note-se, que onze anos depois, a Real Mesa Censória «atendendo à mais notória impiedade, depravação e escândalo»⁵⁹, manda publicamente queimar na Praça do Comércio. Como é da maior importância a confissão de João Pedro Ribeiro, de que a lista oficial de livros proibidos servia para os professores e alunos da Universidade de Coimbra fazerem as suas encomendas de livros⁶⁰.

Foi portanto nos círculos tradicionais da cultura letrada, próximos da corte, e em algumas casas religiosas — de oratorianos e beneditinos em primeiro lugar — que se iniciou este movimento longo de modernização do saber. A tutela cultural de nobres e eclesiásticos foi sempre uma constante na sociedade portuguesa. Ao longo do século XVIII essa hegemonia é atravessada por uma linha de fractura longa e persistente. Do cenáculo do Conde de Ericeira à fundação da Academia das Ciências de Lisboa, sob a égide do duque de Lafões e do abade Correia da Serra, o protagonismo na difusão das Luzes em Portugal continua a ser obra da nobreza e do clero.

Enunciada assim a questão do protagonismo social e cultural das Luzes, torna-se necessário repensar o alcance da censura enquanto prática disciplinar e modalidade de leitura e revalorizar novos indicadores como a imprensa periódica e outros meios de acesso e divulgação que, não tendo imediatamente uma intenção doutrinal, franquearam e prepararam a leitura do livro estrangeiro. Refiro-me ao avultado número de gramáticas e dicionários de línguas estrangeiras então publicados. O período compreendido entre a década de trinta e finais dos anos setenta é particularmente rico neste aspecto, pelo que mencionarei — limitando-me sobretudo ao

⁵⁸ Cit. in Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, Coimbra, 1968, vol. 2, p. 351.

⁵⁹ Edital de 24 de Setembro de 1772, cit. in, Graça Almeida Rodrigues, *Breve História da Censura literária em Portugal*, Lisboa, I. C.L.P., 1980, p. 38. É ainda imprescindível o recurso a, José Timóteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, António Ferrão, *A Censura literária durante o governo pombalino*, sep. do *Boletim da Segunda Classe, Academia de Ciências de Lisboa*, vol. XVII. Estudos Pombalinos, 1.ª série, n.º 3, Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*, sep. do *Boletim da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, Coimbra, 1964.

⁶⁰ Cit. in Luís Oliveira Ramos, *A aquisição de livros proibidos...* p. 7. Cf. José Pinto Loureiro, «Livreiros e livrarias de Coimbra», in *Arquivo Coimbrão*, vol. XII. Este autor indica os livreiros acusados, em 1765, de venderem livros proibidos: Beaux, (que tinha o privilégio de venda nesta cidade da Gazeta Literaria, Giniaux, Manuel Ferreira Jordão, Luís Seco Ferreira e António Simões Ferreira.

idioma francês, que maior volume de publicações suscitou — os momentos mais importantes dessa evolução editorial.

Em 1734, Martinho de Mendonça de Pina e Proença observa que «... a língua francesa é tão comum hoje nas cortes vulgares que não deve faltar o seu conhecimento a um menino bem educado...»⁶¹. A aprendizagem das línguas modernas, especialmente o italiano e o francês, é igualmente sustentada por Verney⁶². E no início da década de sessenta, *A Gazeta Literaria* adverte que «para se decidir do merecimento das obras dos grandes homens é necessário saber fundamentalmente, e fazer-se senhor das matérias que elas tratam, e conhecer perfeitamente as línguas em que estão escritas...» realçando, em seguida, a supremacia das produções francesas e inglesas, cujas «excelentes obras originais» excedem todas as outras no «gosto e utilidade das matérias... método, ordem... e infinidade de descobrimentos nas ciências...»⁶³.

Ora a moderna tradição de estudos filológicos no domínio das línguas vulgares remonta, como é sabido, a Rafael Bluteau, autor do célebre *Vocabulário Portuguez e Latino*. Deve-se no entanto, a outro teatino, o padre Caetano de Lima, a elaboração de uma nova *Grammatica Franceza ou Arte para Aprender o Francez, por meio da lingua portugueza, regulado pelas notas e reflexões da Academia de França* particularmente crítica em relação à rudimentar *Arte das Linguas franceza e portugueza* impressa em 1700, e ao *Essai de la Grammaire Portugaise e Françoise* aparecido em 1705. Também autor de uma gramática de italiano, foi com a da língua francesa que o padre Caetano de Lima

⁶¹ *Apontamentos para a Educação de Hum Menino Nobre*, Lisboa, 1734, pp. 266-267. Esta obra mereceu a atenção de Bernardo de Lima que começa por analisá-la com estas palavras: «A natureza do homem sendo mais inclinada para a maldade que para a virtude, ...tem a educação muitas vezes o poder de vencer aqueles perversos intentos, que nos inspira a natureza inculta e de fazer útil cidadão aquele que infelizmente abandonado a ela seria um nocivo monstro. Logo grandes elogios merecem aqueles que empregam as suas fadigas e estudos a apontar as regras para nos aperfeiçoarmos». *Gazeta Literaria*, vol. 1, 13, 1761, pp. 195-196. Sobre a obra em questão veja-se, Joaquim Ferreira Gomes, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica. Com edição crítica dos «Apontamentos para a Educação de Hum Menino Nobre»*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1964.

⁶² Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, edição organizada por António Salgado Júnior, Sá da Costa, ed., vol. 1, pp. 272-274; Sobre este autor é imprescindível o estudo de António Alberto de Andrade, *Verney e a Cultura do seu tempo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1966.

⁶³ *Gazeta Literaria*, 1, vol. 1, 1761, pp. 1-2 inum. do Discurso Preliminar. Note-se igualmente que o parecer do censor do Desembargo do Paço, Diogo Barbosa Machado, salienta este aspecto: «Nela se admira ser seu autor igualmente perito nas línguas mais polidas da Europa».

adquiriu maior notoriedade pois esta logo registou, entre 1732 e 1734, três edições voltando ainda a reimprimir-se em 1756. Paralelamente, editava-se em Coimbra a *Arte de Grammatica para aprender a lingua franceza por meio da portugueza* (1761), de José Arcangelo Jovenna, autor também de uma *Ortographia franceza recoppilada em regras abreviadas e faceis para a percepção dos principiantes*. Ainda em Coimbra, Bartolomeu Álvaro da Silva fazia imprimir, em 1764, a *Colecção de palavras familiares portuguezas, francezas e latinas e britânicas com uma breve instrucção para receber e ainda falar o francez*. No Porto publicava-se entretanto, *O Mestre francez ou Novo Methodo para aprender a lingua franceza por meio da portugueza* de Francisco Clamopin Durand, da qual se fizeram duas edições entre 1767 e 1771. E, em 1776, surge o *Novo e Facilimo Methodo de Grammatica Franceza e Portugueza recopilada dos melhores auctores que escreveram Artes e Ortografias*, com a indicação de ter sido impressa em Trevoux, «por um genio amante dos progressos dos estudiosos d'este idioma». Apesar de anónimo, este compêndio foi atribuído ao ex-crúzio, secularizado e residente em Inglaterra, João Jacinto de Magalhães, autor igualmente do *Novo Epítome de Grammatica Grega de Porto Real*.

No século XVIII, mais do que uma moda, este ciclo de vulgarização e abertura ao idioma dos *philosophes* decorria tanto de exigências de relacionamento diplomático da corte, como de interesses e expectativas culturais e económicas. Apesar disso, só em 1758 era editado o *Diccionario de Linguas Portugueza e Franceza* de José Marques, o primeiro do género em Portugal, saindo o segundo volume em 1764, da Officina Patriarcal de Francisco Luis Ameno. Note-se, a propósito, que, com muita antecipação, corra anónimo, *A Compleat Account of the Portuguese Language. Being a copious Dictionary of English with the portugueze, and Portugueze with the english...*, (1701) mas, apesar da comunidade inglesa estabelecida em Lisboa, Porto e Setúbal, não teve esta iniciativa melhores réplicas. Decorridos sessenta anos, aparece a *Grammatica ingleza ordenada em portuguez, na qual se explicam clara e brevemente as regras fundamentais, e as mais proprias para falar puramente aquela lingoa* de Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes. Ora, em 1762, a opinião sobre aquele primeiro dicionário de inglês era já muito desfavorável, admitindo-se então o recurso aos dicionários de Boyer e especialmente, ao de Johnson⁶⁴.

⁶⁴ «As gramáticas que até agora têm aparecido em português para se aprender inglês são compostas por quem não sabia bem a nossa língua, e de pouco servem pelo seu mau método e demasiada concisão. O dicionário inglês e português que se compôs há sessenta anos, pouco mais ou menos, é o pior e o mais indigno que temos encontrado,

O êxito editorial de obras congêneres sobre a língua francesa e inglesa, na segunda metade do século XVIII, reflecte a aceleração do ritmo de trocas culturais com esses países. No final da década setenta já o novo *Diccionario Francez-Portuguez composto sobre os melhores diccionarios illustrados com termos facultativos das sciencias e artes liberaes e mechanicas* de Miguel Tibério Pedegage Brandão Ivo conhecia a sua quarta edição. E, justamente em 1779, vem a público o primeiro tomo do *Dictionnaire moderne du idiome françois expliqué en portugais*, supostamente publicado em Lisboa. Em 1773, outro estrangeirado, convertido em Londres ao protestantismo, António Vieira Transtagano, publica um *Dictionary of Portuguese and English Languages*, várias vezes reimpresso até meados do século XIX. Menor sorte teve a sua *Gramatica Ingleza e Portuguesa* que não conseguiu nunca impor-se à de Agostinho Nery da Silva — escrita em 1779 e adoptada no ensino da língua inglesa ainda em 1832 — e até à de André Jacob, mação inglês e influente membro da Loja *Virtude* em Lisboa.

O interesse que animava esta sucessão de publicações transcende a mera curiosidade sobre a língua. Aqui o alargamento de horizonte filológico comporta um nível de comprometimento cultural, raramente tido em conta, e que Joaquim José da Costa e Sá — familiar de Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas — revela, de forma emblemática, ao incluir as famosas tábuas da Enciclopédia na edição, revista e aumentada, do *Diccionario de linguas franceza e portugueza, composto pelo capitão Manuel de Sousa...*, cujos dois tomos saíram da Oficina de Simão Tadeu Ferreira, em 1786.

Pombal e a supressão da Imprensa Periódica

A imprensa especializada em temas filosóficos, morais e científicos foi subsidiária deste sólido e sistemático alargamento de campo lexical na cultura portuguesa. O primeiro jornal deste género, em Portugal e na Península Ibérica, foi, sem dúvida, *O Anónimo, repartido pelas semanas para divertimento e utilidade do público*, lançado e dirigido por Bento

porque além de mil defeitos que não apontaremos por conta da brevidade, não chega a ter a décima parte dos vocábulos ingleses. Os que presumem poder conseguir mais algum adiantamento, julgam que as gramáticas francesas que ensinam o inglês e o dicionário de Boyer, ainda depois de correcto, é defeituosíssimo a respeito do excelente dicionário de Johnson. Mas ainda supondo que as gramáticas francesas fossem completas, é certo, que não se pode conhecer sem um grande uso a construção inglesa que é muito diversa da nossa e da francesa». *Gazeta Literaria*, vol. 2, 1762, pp. 65-66.

Morganti, e que se publicou entre 1752 e 1754⁶⁵. Inspirado no modelo do *The Spectator* de Steele e Addison e na versão francesa de Marivaux, o *Anónimo* não escapou à censura e, por duas vezes, a sua publicação foi interrompida. O recurso frequente à tradução e adaptação de artigos e temáticas do quotidiano londrino ou do *Spectateur ou le Socrate Moderne* manifesta-se, por exemplo, na explanação em torno da utilidade social da casa de café ou do botequim (5, 1752), nos argumentos expostos em favor do bom uso dos livros (4, 1752) ou ainda, nas descrições de novos engenhos técnicos e descobertas científicas (3, 4, 1752). E se, no exame crítico da sociedade portuguesa, o clericalismo é matéria de controvérsia, como no caso em que o autor do *Anónimo* protesta contra o excessivo número de conventos e religiosos (3, 1752), retenha-se que o sentido da crítica aflora, de forma ainda mais constante, na recriação jocosa e aparentemente frívola do quotidiano.

Neste ponto o *Anónimo* inscreve-se numa linha ou tendência que caracteriza o jornalismo da época pombalina. Como já foi notado, «o claro predomínio de jornais de diversão, cautelosamente satíricos, que também divulgavam conhecimentos úteis e de cultura geral, explica-se pela evolução que... se assinala na sociedade portuguesa da primeira metade de setecentos; e também pela severidade do poder pombalino, que obrigava ao refúgio no domínio da fantasia ou de uma deliberada frivolidade»⁶⁶.

Dos periódicos criados durante a vigência de Pombal, dois terços pertencem àquele grupo, não sem que neles se manifestem paralelamente, preocupações estéticas, académicas, filosóficas, literárias ou mesmo doutrinárias, como o protestantismo, no caso do célebre *Amusement périodique. Discours historiques, politiques, moraux, littéraires et critiques*, mensal redigido por Francisco Xavier de Oliveira em Londres, entre Janeiro e Dezembro de 1751, e que praticamente mal circulou em Portugal⁶⁷.

Na década de 50 vêm a público seis dos cerca de quinze efémeros jornais da época pombalina, e só a folha da *Academia dos Humildes e*

⁶⁵ Marie Hélène Piwnik, *O Anónimo: journal portugais du XVIII^e siècle (1752-1754)*, Paris, Arquivos do Centro Cultural Português, 1979.

⁶⁶ José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a edição revista e aumentada, Lisboa, Ed. Caminho, 1989, p. 46. Veja-se também Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa, sep. das *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, t. VI, 1941.

⁶⁷ Aquilino Ribeiro diz que esta publicação «só teve quatro subscritores de origem portuguesa, entre os quais Jacome Ratton», cit. in *Recreação Periódica*, Prefácio e tradução de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922, vol. I, p. XCIV.

Ignorantes, tradicionalmente inscrita entre os periódicos — classificação a rever dado o seu conteúdo e concepção formal — foi saindo regularmente do prelo entre 1758 e 1770. Uma frequência de publicação e uma longevidade cada vez menores caracterizam os periódicos entretanto criados, como é o caso do noticioso *Hebdomadário Lisbonense*, publicado entre 1763 e 1767. De resto, este jornal vem preencher o lugar deixado em aberto pela *Gazeta de Lisboa*, então dirigida pelo poeta Correia Garção. Entre 22 de Julho de 1760 e 15 de Junho de 1762, data em que é suspensa pelo Marquês de Pombal, correu com a designação simples de *Lisboa*, e dado o facto de, nesse período, a sua publicação ter sido atribuída, por privilégio do governo, à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tornou-se mais conhecida por *Gazeta dos Officiais das Secretarias*.

Independentemente das razões que levaram ao silenciamento da tradicional *Gazeta de Lisboa*, processo progressivamente avolumado com a prisão de Correia Garção, retenha-se que o ano de 1762 foi decisivo para a acção da censura pombalina sobre a imprensa periódica. No mês de Junho, e por iniciativa de Pombal, são suspensos aquele periódico de vasta aceitação e a *A Gazeta Literaria* que, como já assinalai, fora criada um ano antes pelo cónego Bernardo de Lima, com o patrocínio do governador do Porto e brigadeiro do Exército, João de Almada de Melo. Depois de 1762 apenas surgem o *Hebdomadario Lisbonense* que também sucumbirá à censura, e o especializado *Diário Universal de Medicina, Cirurgia e Pharmacia*.

Presas por um fio e esgotada nos seus recursos, e imprensa periódica recebeu um definitivo golpe em 1768, aquando da criação da Real Mesa Censória e da Imprensa Régia. Desde então nenhum outro jornal é fundado. Após o seu silenciamento, a imprensa periódica anemizou totalmente, e tudo se passou sem marcas visíveis ao nível da legislação. Seria preciso esperar por 1778, para que a *Gazeta de Lisboa* retomasse a sua publicação e outros jornais se criassem, como aconteceu, logo nesse ano, com o *Com Privilégio Real* orientado para a informação económica e com o anúncio ou *Prospecto d'um Jornal Enciclopédico*, que pelos objectivos enunciados e estilo de construção, denunciava uma inequívoca filiação no jornal que, sob o mesmo título, Pierre Rousseau, encorajado por Voltaire, começara por publicar em Liége.

Conclusão

Interessa pois notar que Pombal impediu, de facto, durante os anos mais férteis das suas reformas educativas, dos Estudos Menores à universidade, e especialmente a partir de 1762, a manifestação de uma

opinião pública ampla e esclarecida. Este aspecto, quase sempre ausente na apreciação da política cultural pombalina, é determinante para a compreensão da riqueza e complexidade das ideias que se opunham ao próprio pombalismo, e é também susceptível de imprimir um outro sentido e uma outra cronologia à difusão das Luzes em Portugal.

Produzir esta afirmação equivale a interrogar o papel primordial atribuído, neste campo, à reforma pombalina da Universidade de 1772, obra sobretudo política e concretizada por um reduzido número de intelectuais de inspiração iluminista católica⁶⁸. E, no entanto, ela ocorre — com objectivo manifesto de formar, ilustrar e esclarecer a *inteligenzia* portuguesa — dez anos depois de ter sido silenciado um dos mais importantes instrumentos de divulgação das novas ideias.

Tem-se, creio, tomada demasiado à letra a reforma. Penso que a imagem de um vago deserto de ideias — sempre associada a uma outra, a da «fatídica influência jesuítica» — foi, em parte, aplicada como máscara à elite cultivada portuguesa. Ao ressaltar a natureza imperativa da *Nova Fundação* — expressão paradigmática da reforma — acautelava-se sobretudo a difusão de valores e ideias que punham em causa a ordem jurídica do absolutismo e a cultura dominante da corte de D. José I.

Em contrapartida, antes e depois da reforma, isto é, em 1761 e 1778, emergia um outro horizonte de ideias, claramente descomprometido e que se expressava, não no estrangeiro mas no próprio país, com grande sentido de actualidade⁶⁹.

Tomemos como ponto de partida a apreciação do autor da *Gazeta Literaria* à cultura alemã. Logo nos apercebemos que as Universidades reformadas da Alemanha, Göttingen em primeiro lugar, — que serviram, mais tarde, de modelo à reforma de Pombal — são tomadas como ténue sombra das letras germânicas. Ao contrário, o pré-romantismo na literatura é recebido com mais agrado e entusiasmo⁷⁰. Do mesmo modo, a França,

⁶⁸ Dispensamo-nos de citar a copiosa bibliografia existente sobre este tema remetendo para o documentado trabalho de José Antunes, «Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra», in *O Marquês de Pombal, Revista de História das Ideias*, 4 (2), pp. 143-197.

⁶⁹ «No meio deste século vemos formar-se uma época memorável na história do juízo humano pela revolução que se tem feito no império das letras», *Gazeta Literaria*, 23, vol. 1, Dezembro de 1761, p. 369.

⁷⁰ «Julgava-se até agora, que só Göttingen, Leipzig e Berlim eram em Alemanha os únicos teatros das ciências e belas artes, mas quem se adianta mais no conhecimento da literatura as vê universalizadas pela maior parte deste dilatado império. Ainda que as colecções de diplomática, ou tratados de jurisprudência e direito público, as obras

«país em que as Letras têm quase chegado à última perfeição», com o seu modelo de economia política, assente na fisiocracia, inspirava a Bernardo de Lima o seguinte comentário: «Se todos conhecessem esta verdade, veríamos as Universidades dirigirem melhor os seus estudos e as sociedades económicas multiplicarem-se de sorte que se estenderiam os conhecimentos físicos até à classe mais grosseira do povo, os lavradores»⁷¹.

Em 1778 renascia a esperança de difundir «as Luzes dos sábios e fazer proveitosas a todos as suas descobertas». Pensava-se então, num alargado e potencial público e insistia-se em mudar práticas culturais e mentalidades, incitando à utilidade e prazer da leitura⁷². Esta relação íntima e pragmática com o objecto impresso, sendo embora uma representação, subentende uma alteração no quadro da alfabetização⁷³ e das modalidades de leitura, que interessa confirmar. Pois, ainda em 1762, um correspondente da *Gazeta Literaria* assinalava que, em Portugal, um livro ou papel impresso «servia para se ler em uma povoação inteira»⁷⁴.

Parece assim ser necessário alargar o inventário das formas de acesso ao livro, afim de que se possa então fazer a análise sistemática das práticas da leitura em Portugal, ao longo do século XVIII⁷⁵.

de metalurgia e as indagações sobre a história e antiguidades caracterizem o forte da literatura alemã, contudo vemos as artes agradáveis cultivadas neste país até pelo belo sexo... — Daí o apego — «às modernas composições de Canitz, Haller, Creutz, Zacharias, Gellert, Gleym, Lichtwern e Gottschedz, lidas, admiradas e imitadas na maior parte da Europa». (*Gazeta Literaria*, 4, vol. 1, Julho de 1761, p. 51) e também a Gesner cujo poema, *A morte de Abel*, é considerado «obra rara... digna da atenção de todos os séculos», *Gazeta Literaria*, 12, vol. 1, Setembro de 1761, p. 179.

⁷¹ *Gazeta Literaria*, 23, vol. 1, Dezembro de 1761, p. 370.

⁷² «Os jornais são o meio mais pronto de difundir no público as luzes dos sábios... A experiência tem mostrado que eles excitam no povo o gosto a instruir-se: e quem não vê quanto é útil ao Estado que o povo se instrua? Pelo costume de ler se destrói o fastio que causa a presença de grandes tratados e cessa assim um obstáculo que priva a muitos da aquisição das ciências» *Prospecto d'um Jornal Enciclopedico*, p. 1.

⁷³ Registe-se, para um período anterior, o trabalho de Francisco Ribeiro da Silva, «A alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região (1580-1650)», in *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, II série, vol. III, pp. 101-127.

⁷⁴ *Gazeta Literaria*, vol. 2, Janeiro de 1762, p. 2.

⁷⁵ Veja-se Roger Chartier, *Lectures et Lecteurs dans la France d'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1987.

